

PODER DISCIPLINAR

“Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa” (Di Pietro)

Ana, servidora pública com cargo comissionado, praticou irregularidade funcional. Caio, chefe de Ana, aplicou-lhe penalidade de suspensão de 30 dias. Inconformada, Ana apresentou recurso administrativo dirigido a Caio, visando impugnar a decisão com base no princípio da razoabilidade, por entender que a punição foi desproporcional em face do ato praticado. Além disso, Ana alegou que não poderia ser punida, porquanto os servidores comissionados não se sujeitam ao processo disciplinar. Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

(CESPE 2022/SEE-PE/ANALISTA) A punição aplicada a Ana configura exercício do poder de polícia.

Gabarito: errado

(CESPE 2022/PC-RO/MÉDICO LEGISTA) Quando a administração, após o devido processo administrativo, aplica penalidade a um servidor, ela o faz em razão do poder

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) disciplinar.
- d) vinculado.
- e) discricionário.

Gabarito: c

Em decorrência de denúncia anônima encaminhada à administração pública e ao Ministério Público, o gestor público adotou providências preliminares e verificou a verossimilhança dos fatos narrados. Em razão disso, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD).

A comissão processante apurou a ocorrência de alguns fatos ilícitos, entre os quais atos de improbidade administrativa e prejuízo ao erário. Assim, a comissão sugeriu aplicação da pena de demissão a determinado servidor público. Após a oitiva da Procuradoria do Estado, a autoridade competente tomou decisão.

Paralelamente, o Ministério Público também realizou investigação preliminar e, depois, propôs ação de improbidade administrativa pelos mesmos fatos, ainda em curso.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue o seguinte item, à luz do direito administrativo e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(CESPE 2022/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL) Cabe à autoridade administrativa competente a aplicação da pena de demissão ao servidor, com base no poder de polícia inerente à atividade administrativa em si.

Gabarito: errado

(FCC 2022/TRT 5ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos poderes inerentes à atuação da Administração pública, tem-se que o poder disciplinar

Alternativas

- a) não se confunde com o poder hierárquico, eis que somente este último autoriza a aplicação de penalidades no âmbito administrativo que prescindam de provimento judicial.
- b) incide apenas em relações de natureza funcional, autorizando a aplicação de sanções administrativas tão somente a servidores e empregados públicos.
- c) confere à Administração a prerrogativa de aplicação de sanções a particulares a ela ligados por vínculo de natureza contratual, além das aplicáveis na esfera funcional.
- d) autoriza a imposição de limitações a atividades econômicas desempenhadas por particulares, na forma da lei, em prol do interesse da coletividade.

Gabarito: c

(INSTITUTO AOCP 2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA) Após regular o processo administrativo, Tibério, servidor público aposentado há menos de dois anos, foi penalizado com a cassação de sua aposentadoria. Segundo consta dos autos do procedimento, a punição ocorreu porque Tibério, no último mês em que estava em atividade no serviço público, praticou infração grave, sujeita à penalidade de demissão. Com base no caso narrado e à luz dos poderes administrativos, é correto afirmar que a sanção aplicada decorre especificamente do

- a) poder disciplinar.
- b) poder hierárquico.
- c) poder regulamentar.
- d) poder de polícia.
- e) abuso de poder.

Gabarito: a

(IBADE 2022/IPREV/ANALISTA) Servidor público que pratica uma infração funcional deverá ser penalizado por meio do poder:

- a) Normativo que cabe à Administração.
- b) Disciplinar que cabe à Administração.
- c) Hierárquico que cabe à Administração.
- d) De Polícia que cabe à Administração.
- e) Vinculado que cabe à Administração.

Gabarito: b

(CONSULPLAN 2022/PGE-SC/ADMINISTRADOR) A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina promoveu licitação que culminou na contratação de empresa incumbida de realização de reparos na rede elétrica de seu prédio-sede. No desenrolar da relação contratual, contudo, e após processo administrativo, verificou-se a inexecução parcial do contrato, aplicando-se a sanção de advertência à entidade empresária. Tal sanção decorre do poder administrativo denominado:

- a) De polícia.
- b) Disciplinar.
- c) Hierárquico.
- d) De autotutela.
- e) Regulamentar.

Gabarito: b

(FGV 2022/TRT 16ª REGIÃO/ABALISTA JUDICIÁRIO) Sob a égide da nova lei de licitações e contratos administrativos, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, após procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Alfa deu causa à inexecução parcial do contrato. O TRT verificou, no bojo de regular processo administrativo em que foram assegurados contraditório e ampla defesa à contratada, que a inexecução praticada não causou grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, razão pela qual não se justificava a imposição de penalidade mais grave à contratada.

Em tema de poderes administrativos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou diretamente a aplicação da sanção pelo TRT da Yª Região à sociedade empresária Alfa é o poder

a)de polícia.

b)de fiscalização do trabalho.

c)hierárquico.

d)regulamentar.

e)disciplinar.

Gabarito: e

Maria, servidora pública de determinada autarquia estadual, aplicou advertência a Caio, seu subordinado, por este ter praticado ato que não era de sua atribuição legal. Inconformado com a punição, Caio impetrou mandado de segurança visando anular a pena administrativa aplicada. Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

(CESPE 2022/MPS-SC/TÉCNICO EM CONTAS PÚBLICAS) A aplicação da referida pena de advertência caracterizou o exercício do poder administrativo de polícia.

Gabarito: errado